

MPE quer interdição imediata de abatedouro

Segundo o Ministério Público Estadual, matadouro de Itabaiana não tem condições físicas e higiênicas para funcionar



ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
sexta-feira • 17 de outubro de 2014

O Estado de Sergipe e o município de Itabaiana devem, imediatamente, interditar o Matadouro Público da referida cidade, conforme Ação de Cumprimento de Sentença do Ministério Público de Sergipe, por intermédio do promotor de Justiça, Kelfrenn Teixeira Rodrigues de Menezes. Ainda conforme decisão, a medida requer a proibição do abate de quaisquer animais e a respectiva comercialização de suas carnes até que seja concluída a reforma e adequação do local.

O MP requer, ainda, que o Município de Itabaiana, por meio da Vigilância Sanitária Municipal, a Secretaria Municipal da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento Alimentar e o Estado de Sergipe, por intermédio da Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde

O promotor explica que em 2006, uma liminar foi deferida determinando que o Município de Itabaiana e o Estado realizassem a reforma e a adequação do Matadouro. “Mas, a decisão não foi cumprida”, ressaltou. Ainda conforme revela o MP, “o Município confessou que depois de passados quase dois anos do término do prazo estipulado na Liminar, o Matadouro continuou representando um atentado à saúde pública e ao meio ambiente”, explicou o promotor Kelfrenn Teixeira.

• Sentença condenatória

Ainda de acordo com a Promotoria de Justiça do MP, em 2010, após vários laudos de inspeção expedidos pelos diversos Órgãos de Vigilância Sanitária, o Poder Judiciário Sergipano proferiu uma

(DIVISA) e da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), além da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Sergipe, iniciem ações fiscalizatórias intensificadas.

“Estes Órgãos deverão fiscalizar os estabelecimentos comerciais e feiras livres de Itabaiana com o objetivo de apreenderem ou inutilizarem todas as carnes que não tenham origem conhecida. Além disso, também deverão remover do Matadouro todos os entulhos e resíduos, depositando-os em local adequado”, concluiu o promotor de Justiça, Kelfrenn Teixeira Rodrigues de Menezes.

• Entenda

A determinação de interditar o Matadouro de Itabaiana decorre de uma Ação Civil Pública

Sentença Condenatória para suspender o funcionamento do Matadouro e para condenar o Município de Itabaiana e o Estado a promoverem a reforma, mas o Município de Itabaiana ajuizou Ação Cautelar no Tribunal de Justiça e suspendeu os efeitos imediatos da Sentença.

No ano passado, o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Sergipe expediu Ofício afirmando “que o Matadouro não atende o mínimo de condições higiênicas-sanitárias e de infraestrutura, apresentado diversas inconformidades com a legislação vigente”. Requisitado o laudo técnico, o mesmo foi apresentado em agosto deste ano após inspeção realizada em 11/08/2014, o qual concluiu que “é inquestionável a sua total falta de condições para a realização de um abate dentro das normas higiênic-sanitárias requeridas por lei”.

PROMOTOR DIZ QUE EM 2006, UMA LIMINAR DETERMINAVA QUE O MUNICÍPIO E O ESTADO FIZESSEM A REFORMA

(ACP) ajuizada em 2005. De acordo com o promotor Kelfrenn, o objetivo, à época, já era de proteger o direito coletivo de consumidores a terem acesso a uma carne produzida em conformidade com os parâmetros higiênico-sanitárias e o direito difuso ao meio ambiente equilibrado e saudável, tendo em vista a degradação causada pelos resíduos emitidos em decorrência da atividade de abate de animais.

• Itabaiana

Para falar sobre a Ação de Cumprimento de Sentença, a Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Itabaiana foi procurada, mas até o fechamento desta edição não obtivemos êxito.

• Emdagro e agricultura

Na Emdagro, a diretora de Defesa Animal e Vegetal, Salet Dezen, informou que o órgão ainda não foi notificado oficialmente da sentença. A equipe de reportagem do Jornal Correio de Sergipe falou ainda com a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Sergipe, e a informação foi de que o órgão também não foi notificado até o momento.